

Boletim Informativo Legislativo

Junho/2010

Colaboração:
Domingos de Torre
Site: www.sdas.org.br

Instrução Normativa nº 1.037, de 04.06.10, da Receita Federal do Brasil (DOU-1, de 07.06.10).

Relaciona países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados.

Decreto nº 7.212, de 15.06.10, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 16.06.10).

Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Decreto nº 7.213, de 15.06.10, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 16.06.10).

Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

Lei nº 12.255, de 15.06.10, do Poder Legislativo Federal (DOU-1, de 16.06.10).

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009.

Portaria nº 11, de 22.06.10, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 23.06.10).

Dispõe sobre alterações na Portaria SECEX nº 10, de 24.05.10, que dispõe sobre a consolidação das normas e procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior.

Instrução Normativa nº 1.045, de 23.06.10, da Receita Federal do Brasil (DOU-1, de 24.06.10).

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010, que relaciona países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados, para dispor sobre pedido de revisão de enquadramento como país ou dependência com tributação favorecida ou detentor de regime fiscal privilegiado.

Resolução nº 44, de 24.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 25.06.10).

Dispõe sobre a prorrogação, até 31 de dezembro de 2010, do prazo de vigência dos Extarifários, relacionados a este ato, constantes das Resoluções CAMEX nºs: 45, de 03.07.08 – DOU-1, de 04.07.08, prorrogados pela Resolução CAMEX nº 82, de 18.12.08 – DOU-1, de 19.12.08; 47, de 24.07.08 – DOU-1, de 28.07.08, prorrogado pela Resolução CAMEX nº 82, de 18.12.08 - DOU-1, de 19.12.08 e 77, de 10.12.08, publicada no DOU-1, de 11.12.08, prorrogado pela Resolução CAMEX nº 82, de 18.12.08 - DOU-1, de 19.12.08.

Resolução nº 45, de 24.06.10, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 25.06.10).

Dispõe sobre a alteração para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2011, das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários, relacionados a este ato.

Resolução nº 46, de 24.06.10, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 25.06.10).

Dispõe sobre a alteração para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2011, das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e Componentes do Sistema Integrado, relacionados a este ato, na condição de Extarifários, bem como altera a redação e revoga Extarifários de Resoluções precedentes.

Resolução nº 47, de 24.06.10, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 25.06.10).

Alterar, a partir de 1º de julho de 2010, na forma do Anexo desta Resolução, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC, de que trata o Anexo I da Resolução CAMEX nº 43, de 22 de dezembro de 2006, bem como revoga, inclui na lista de Exceções e assinala com sinal gráfico, códigos NCM relacionados a este ato.

Portaria nº 12, de 28.06.10, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 29.06.10).

Dispõe sobre alterações na Portaria SECEX nº 10, de 24.05.10, que dispõe sobre a consolidação das normas e procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior.

Portaria nº 13, de 29.06.10, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 30.06.10).

Dispõe sobre alterações na Portaria SECEX nº 10, de 24.05.10, que dispõe sobre a consolidação das normas e procedimentos aplicáveis às operações de comércio exterior.